

GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades GeoAmbES



ARTIGO

USOS DO TERRITÓRIO, GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO NO SETOR CANAVIEIRO: O ESTADO DE ALAGOAS (BRASIL) EM EVIDÊNCIA

*Usos del territorio, globalización y trabajo en el
sector azucarero: El Estado de Alagoas (Brasil) en
evidencia*

*Territory use, globalization, and labor in the
sugarcane industry: The State of Alagoas (Brazil) in
focus*

Paul Clívilan Santos Firmino

Doutor em Ciências – Geografia Humana pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana/PPGH da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH da Universidade de São Paulo/USP. Professor da Educação Superior (A1 – Adjunto) do Curso de Pedagogia (Campus Universitário de Juara) da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5540-864X>

E-mail: paul_clivilan@hotmail.com

Como citar este artigo:

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. Usos do território, globalização e trabalho no setor canavieiro: o Estado de Alagoas (Brasil) em evidência. **GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES**, jan./jun. v. 1, n. 5, p. 03–20, 2024.

Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/geoambes/index>

Volume 1, número 5 (2024)

ISSN 25959026

USOS DO TERRITÓRIO, GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO NO SETOR CANAVIEIRO: O ESTADO DE ALAGOAS (BRASIL) EM EVIDÊNCIA

Usos del territorio, globalización y trabajo en el sector azucarero: El Estado de Alagoas (Brasil) en evidencia

Territory use, globalization, and labor in the sugarcane industry: The State of Alagoas (Brazil) in focus

Resumo

O artigo em questão discute as metamorfoses nas relações de trabalho no setor canavieiro de Alagoas-Brasil, mediante as imposições do processo de globalização e os usos do território (categoria cara da ciência geográfica) pelos atores hegemônicos e não-hegemônicos. Pode-se dizer que o processo em curso impõe maior competitividade entre as empresas/grupos, levando-as a uma modernização em ritmo acelerado, modificando as relações existentes, destacando as de trabalho. Entre as adequações impostas tem-se a redução da mão de obra menos qualificada, substituída por maquinários modernos, e a manutenção da pessoa trabalhadora com mais alta formação e qualificação, principalmente a força de trabalho masculina.

Palavras-chave: Território usado. Modernizações. Agroindústria Sucroenergética.

Abstract

This article discusses the transformations in labor relations in the sugarcane sector of Alagoas, Brazil, in the face of the demands of the globalization process and the uses of territory (a significant category in geographical science) by both hegemonic and non-hegemonic actors. It can be argued that the ongoing process imposes greater competitiveness among companies/groups, leading to a rapid modernization that alters existing relationships, particularly in the realm of labor. Among the imposed adjustments are the reduction of less skilled labor, replaced by modern machinery, and the retention of highly educated and qualified workers, primarily male labor.

Keywords: Used Territory. Modernizations. Sugarcane Agro-industry.

Resumen

El artículo en cuestión analiza las metamorfosis en las relaciones laborales en el sector cañero de Alagoas-Brasil, a través de las imposiciones del proceso de globalización y los usos del territorio (categoría importante en la ciencia geográfica) por parte de actores hegemónicos y no hegemónicos. Se puede decir que el proceso en curso impone una mayor competitividad entre empresas/grupos, llevándolos a modernizarse a ritmo acelerado, modificando las relaciones existentes, resaltando las relaciones de trabajo. Entre los ajustes impuestos está la reducción de la mano de obra menos cualificada, sustituida por maquinaria moderna, y el mantenimiento de los trabajadores con mayor formación y cualificación, principalmente la fuerza laboral masculina.

Palabras clave: Territorio Usado. Modernizaciones. Agroindustria sucroenergética.



Primeiros apontamentos

O despontar do novo milênio coincide com a consolidação do terceiro meio geográfico, denominado por Santos (1996; 2008) de técnico-científico-informacional, considerado a cara geográfica do processo de globalização (Santos; Silveira, 2010). Em tempos de contemporaneidade sua expansão tem sido cada vez mais visível por todos os pontos do planeta, ora mais ora menos intensamente, a depender das intencionalidades dos principais atores do sistema vigente, diga-se os hegemônicos, e dos espaços escolhidos a serem usados conforme os interesses do capital.

Como a própria denominação do respectivo meio traz, ele se apresenta ao mundo carregado de forma bastante densa de técnica, ciência e informação, o que tem proporcionado um maior suporte ao mercado e seus atores hegemônicos. Logo, verificam-se novos usos dos territórios mediante imposições de um conjunto de normas e regras ditadas verticalmente e espraiadas por todos os países, com consequências mais severas para os vulneráveis político e economicamente. Para tanto, o mercado e seus representantes encontram na maioria dos Estados nacionais o suporte necessário para se colocarem como os ‘salvadores da pátria’.

Uma nova realidade tem surgido e se mostrado de forma bastante perversa, ultrapassando os limites da cidade – considerada o ‘lar doce lar’ onde os ideais capitalistas tinham espaços para concreção dos seus objetivos –, encontrando no campo espaço propício a instalação dos novos objetos e signos da globalização. Tem-se uma transformação do mundo rural e expulsão da população que não se encaixa nas novas lógicas do capital, representado por um sistema financeiro que não tem se restringido apenas aos conhecidos bancos e praças financeiras, mas que tem se apoderado da própria agricultura. Desta forma, conforme apresenta Stédile (2013, p. 19), “há uma lógica natural de funcionamento do capitalismo, na fase atual dominado pelo capital financeiro, que atua também sobre a agricultura”. Isto mostra que neste novo século tem-se um capital financeiro globalizado que agora solidifica as bases da fase atual do sistema capitalista.

Percebe-se que com o avanço do capitalismo no campo, e neste artigo em específico voltado para a cultura canavieira, as relações existentes sofrem mudanças significativas, sejam no trato da terra, na plantação, no emprego da mão de obra, entre outros tipos de transformações visíveis no espaço agrário. Assim, os governos coniventes com a lógica do capital seguem os interesses das grandes empresas, e no caso da agricultura moderna e globalizada, contam com



o apoio total do agronegócio¹ numa relação recíproca, passando a ser a ‘cereja do bolo’ do capital financeiro no campo. Tem-se de outro lado o detrimento de políticas voltadas, por exemplo, para uma agricultura familiar e apoio aos camponeses e suas produções alimentares, ao tempo em que passam a escamotear as discussões e as lutas em torno das pautas da reforma agrária e, conseqüentemente, da geração de emprego e fixação das pessoas trabalhadoras no campo.

Guiando-se por este caminho, o artigo tem como objetivo analisar e discutir as metamorfoses nas relações de trabalho no setor canavieiro de Alagoas, Brasil, mediante as imposições do processo de globalização e os usos do território (categoria cara da ciência geográfica) pelos atores hegemônicos e não-hegemônicos. A partir deste objetivo, dois passos foram importantes no processo da escrita: o levantamento e leitura do referencial teórico e documental relacionados com a temática proposta, e o trabalho de campo realizado em duas agroindústrias sucroenergéticas alagoanas.

Assim, apresentam-se na sequência três itens importantes no desenvolvimento do artigo: a fundamentação teórica-metodológica; algumas discussões das categorias essenciais em torno da temática proposta; e o item acerca das agroindústrias sucroenergéticas alagoanas, tomando por base duas das principais unidades do estado. Por último, é apresentada algumas reflexões finais e o corpo de referência utilizado no decorrer da escrita.

Trilhando pelos caminhos da fundamentação teórica e metodológica

Buscando contemplar o objetivo proposto, o presente artigo trilhou por uma discussão acerca dos usos do território em tempos de contemporaneidade, dando ênfase ao espaço agrário brasileiro, em especial o alagoano. Arelado a esta discussão tem-se o debate em torno da chamada globalização e sua sustentação a partir do meio geográfico técnico-científico-informacional.

Para tanto, buscou-se analisar e discutir as metamorfoses das relações de trabalho, apontando-as empiricamente através do setor canavieiro de Alagoas². Então, a escrita foi

¹ De acordo com as ideias expostas por Stédile (2013, p. 26) “nesse modo de agricultura, usam-se agrotóxicos e mecanização intensiva, que expulsa a mão de obra e provoca a migração de grandes contingentes da população rural”.

² Alagoas teve seu processo de formação baseado numa expansão da cultura canavieira no sentido Sul da antiga Capitania de Pernambuco, adentrando um território praticamente virgem à luz do colonizador/invasor, de tal forma que foi “em derredor das águas dos rios, fixando-se nas suas ribeiras, aproveitando a riqueza dos seus vales, que vai se desenvolvendo a colonização das Alagoas, baseada na cultura da cana-de-açúcar, através da construção de engenhos” (Diegues, Jr., 2012, p. 45).



baseada no tripé que se apresenta de suma importância para a pesquisa e, conseqüentemente, para a ciência geográfica, qual seja: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica e de campo, principalmente, constituíram um norte na reflexão acerca da temática aqui proposta. No que cabe as referências bibliográficas é essencial apontar e discutir alguns conceitos a partir de autores(as) não somente da Geografia, mas principalmente dela.

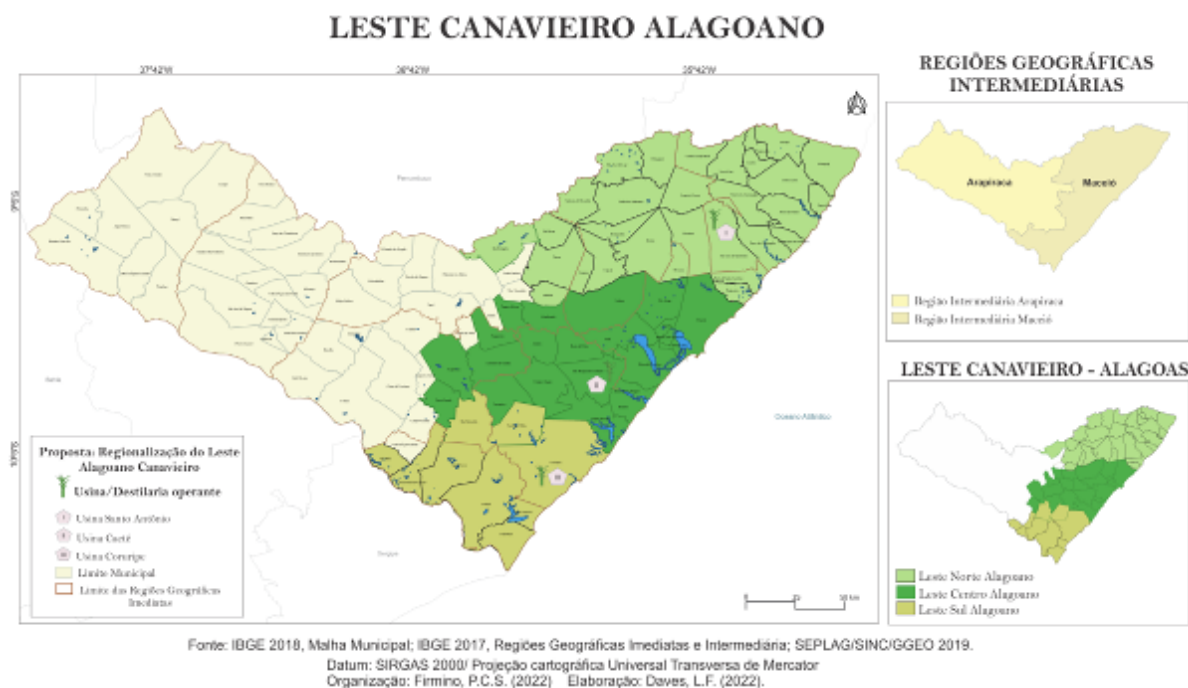
Partindo do entendimento do terceiro meio geográfico e do processo de globalização, adentrou-se na discussão da modernização técnico-científica direcionada ao setor da agroindústria canavieira. Foi feita de forma breve uma análise da relação existente entre mercado e Estado e como estes controlam as diversas inovações tecnológicas e, conseqüentemente, a força de trabalho. As inovações voltadas aos espaços agrícolas contribuem diretamente para a reestruturação produtiva da canavicultura a partir das novas modernizações, que são por sua vez, mais técnica, científica e informacional. As questões envolvendo o (des)emprego fez parte das discussões em torno do progresso técnico que está presente na moderna agroindústria. Assim, alguns autores(as) foram essenciais: Bauman (2001), Dieese (2001), Elias (2018), Pochmann (2001), Rossini (1988), Sampaio (2015), Santos ([1996] 2008), Santos e Silveira (2010), Schiffer (1996), Souza (1996), dentre outros(as) importantes pesquisadores(as).

Paralelamente a referida etapa, tem-se o trabalho de campo, realizado em unidades agroindustriais canavieiras no Leste de Alagoas. Na época da investigação, o estado contava com 15 unidades ativas (safra 2020/21³) filiadas ao Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool do Estado de Alagoas – SINDAÇÚCAR/AL. Dentre as unidades ativas, levando-se em consideração suas produções (quantidade de cana moída em toneladas, o açúcar produzido em toneladas e o etanol produzido por m³), destacam-se neste artigo, duas das três unidades investigadas no doutorado, podendo ver suas localizações mediante a Figura 01 (Proposta de Regionalização para o Leste Alagoano Canavieiro).

³ Período do último trabalho de campo realizado durante a pesquisa de doutoramento.



Figura 01: Proposta de Regionalização para o Leste Alagoano Canavieiro



O primeiro destaque vai para a Usina Caeté, e sua destilaria anexa, do Grupo Carlos Lyra, fundada em 1946, localizada no Litoral Centro Alagoano. Sobressai no setor com mais de uma unidade, não somente em Alagoas como em outras regiões⁴. A produção da safra de 2019/2020 foi a seguinte: cana total moída em toneladas de 1.650.242; açúcar produzido em toneladas no quantitativo de 137.248; e etanol produzido em m³ de 50.612;

No Litoral Sul Alagoano, o destaque é a Usina Coruripe⁵, e sua destilaria anexa, pertencente ao Grupo Tércio Wanderley/GTW, a maior não só de Alagoas como de todo o Nordeste. Sua gênese é datada de 1925, porém, passou a pertencer ao GTW somente em 1941, contado hoje com filiais para além das fronteiras estaduais, é o caso do Triângulo Mineiro. Na safra de 2019/2020 obteve as seguintes produções: cana total moída em toneladas de 3.417.343;

⁴ O Grupo Carlos Lyra conta com um total de 6 unidades: Caeté S/A, localizada em São Miguel dos Campos/AL (essa unidade possui entre as suas mais avançadas tecnologias de produção a colheita mecanizada, com as estações de transbordo, sistemas lineares de irrigação, fertirrigação com vinhaça/caminhão, desde 1993, além de um sistema de manejo de solo, com uso criterioso de fertilizantes); Unidade Marituba, localizada em Igreja Nova/AL; Unidade Cachoeira, localizada em Maceió/AL; Volta Grande em Conceição das Alagoas/MG; Usina Delta em Delta/MG; e a Unidade Paulicéia, localizada em Paulicéia/SP. A Unidade Paulicéia está sendo implantada desde 2007 no Oeste Paulista, uma região promissora e de grande potencial para este tipo de atividade (<https://www.usinacaete.com/segmento/acucar-e-bioenergia/> e informações do trabalho de campo).

⁵ A mesma conta com as seguintes unidades: Unidade Coruripe em Alagoas; Unidade Iturama, Campo Florido, Limeira do Oeste e Carneirinho, ambas no estado de Minas Gerais (Campos, 2014); conta ainda com o Terminal Fernandópolis em Fernandópolis/SP, além do projeto de expansão em curso para o Estado de Mato Grosso do Sul (<http://www.usinacoruripe.com.br/nossos-numeros> e informações do trabalho de campo).



açúcar produzido em toneladas atingiu a cifra de 289.237; enquanto o etanol atingiu sua maior produção: 87.099 m³.

No que se refere a produção total do estado de Alagoas, tomando por base as 15 unidades produtivas na referida safra, tem-se as seguintes cifras: 16.972.205 toneladas de cana moída, 1.331.513 toneladas de açúcar e 505.412 m³ de etanol. Isto posto, vê-se que a Caeté e a Coruripe estão numa posição central como unidades canavieiras. Pode-se dizer que esta realidade é reflexo dos avanços técnico-científicos e informacionais, que passaram a modernizar não apenas a indústria, mas em especial o campo.

Discussões em torno do território usado, da globalização e das relações de trabalho no mundo da modernização

A transição do século XX para o XXI foi marcada fortemente pelos avanços técnicos, científicos e informacionais, presentes não somente nas áreas urbanas das cidades como no mundo rural, apresentando uma modernização nunca vista antes na história, uma das características típicas desse atual processo de globalização comandado pelos principais atores hegemônicos da atualidade. Nota-se que tais atores em consonância com o apoio dos Estados nacionais ditam as regras do jogo, onde o território passa a ser apoderado por agentes, muitas vezes externos, que estão interessados apenas em usufruir economicamente do território nacional, impondo regras, normas e leis que em grande medida vão na contramão dos atores denominados não-hegemônicos, ou seja, a grande massa da população.

Neste caminhar, é importante trazer para a discussão a categoria de território, entendendo-a mediante os seus usos, passando a ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico (Santos; Silveira, 2010). Os usos do território se dão de forma bastante diversificada, desde infraestruturas, dinâmica da sociedade até as diversas relações econômicas, que se dão de acordo com os atores envolvidos nesses usos, os seus interesses – sejam particulares ou coletivos – e os novos arranjos e/ou conjuntos de técnicas que tornam-se os pilares da sociedade atual.

Pensando desta forma é essencial partir para o entendimento da noção de território que se apresente de forma bastante diversificada, como um híbrido, deixando de lado noções acerca de conceitos e categorias puras, homogêneas, indo além da ideia de território apenas como base e fundamento do Estado-Nação. Caminhando por esta linha de pensamento pode-se trazer à



tona o que apresenta Santos (1996, p. 15), quando aponta que “é o uso do território, e não o território em si mesmo que faz dele objeto de análise social”.

É importante o entendimento deste conceito para não se deixar alienar pelas imposições verticais por aqueles que conscientemente ditam as novas regras do mundo do presente – as grandes corporações, conglomerados, multinacionais, representantes políticos e, conseqüentemente, o próprio Estado. Desta forma, cabe entender dois novos recortes que estão atrelados ao território, digam-se as verticalidades e horizontalidades, estando mais nítidas as imposições das primeiras em relação as segundas.

Paralelamente a ideia de território é necessário fazer alguns apontamentos dos usos e abusos desta categoria agora (Souza, 2003), apresentar e discutir a noção de meio técnico-científico-informacional, bem como da ideia de globalização, que carece de entendimento a partir da sua verdadeira ideologia e não como fabulações que são impostas pelos atores hegemônicos deste processo em curso e tidas como verdades únicas.

A ideia de fabulações é apontada por Santos (2008) ao se referir as fantasias que o mundo globalizado impõe como verdades, a exemplo de aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas; a do mercado global, apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas; a ideia de morte do Estado, quando na verdade o que se vê é o seu fortalecimento, de modo a atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil; entre outras características.

Em relação ao meio técnico-científico e informacional é preciso fazer um recorte temporal para poder compreender suas influências nas dinâmicas do mundo do presente. Assim, pode-se dizer que sua gênese se dá no pós-Segunda Guerra Mundial, consolidando-se nas décadas seguintes em virtude de investimentos e pesquisas cada vez mais de ponta, atrelando técnicas, ciência e informação para fazer frente e se sobrepor aos meios geográficos que o precederam: o meio natural e o meio técnico.

Então, o referido meio passa a dar sustentação e consolidação ao processo de globalização, que por sua vez, impõe de forma rápida e em números ‘inesgotáveis’ uma gama de novos objetos a uma sociedade que, em sua maioria, não dispõe do mínimo necessário a sua sobrevivência: uma alimentação de qualidade.



Sendo assim, é visível que essa globalização nada mais é do que uma globalização da economia, que se move rapidamente por todos os territórios, sem respeitar fronteiras nem Estados nacionais, levando ao não controle destes Estados no que se refere aos fluxos financeiros e ao capital, subordinando-os, controlando-os e tornando-os responsáveis por executarem as forças e interesses externos. Tem-se a percepção de que com a ausência de intervenções governamentais diretas ou por meio de estatais na economia, os capitais privados ficaram entregues ao acaso das vicissitudes produzidas pela especulação (Singer, 2010). Assim, comungando das ideias de Bauman (1999, p. 74), vê-se que:

No cabaré da globalização, o Estado passa por um strip-tease e no final do espetáculo é deixado apenas com as necessidades básicas: o seu poder de repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço de segurança para as megaempresas... Os novos senhores do mundo não têm necessidade de governar diretamente. Os governos nacionais são encarregados da tarefa de administrar os negócios em nome deles.

Esse processo surge e consolida-se em função dos ideais capitalistas, que precisam se impor a qualquer custo e manter um desequilíbrio cada vez mais intenso, com maior produção de desigualdades, porém, travestidas das falácias impostas pela globalização: um mundo mais homogêneo e igualitário a todas as pessoas. O que se verifica é o caos em toda parte, implicando diretamente na sobrevivência dos seres humanos, concentração do poder, controle da produção de alimentos e, conseqüentemente, da sua gestão (Souza, 1996).

Torna-se cada vez mais notório o papel e importância do Estado frente ao processo de internacionalização do capital, fragilizando as bases que sustentam a própria sociedade nacional em benefício de uma economia internacional, com maior abertura do mercado para implantação de empresas e indústrias multinacionais que impõem custos cada vez menores a produção do trabalho, reduzindo o emprego de mão de obra, seja na cidade ou no campo. O aumento dos lucros e a concentração da renda de uma parcela cada vez menor da população em detrimento da grande maioria é uma realidade notória. Logo, segundo Schiffer (1996), o que se vê é um distanciamento das metas de desenvolvimento interno e um agravamento das condições socioeconômicas da maioria da população.

É sabido que com o avanço da globalização todos e quaisquer objetos passam a ser impregnados por uma carga intensa de técnica, ciência e informação, espalhando-se por todos os territórios de forma bastante voraz e sem respeito as diversidades encontradas em cada lugar. Sendo assim, pensando na discussão aqui proposta, pode-se dizer que no despontar do novo



milênio as relações de trabalho no campo passam a ser cada vez mais modernas, científicas e globalizadas, apontando para uma modernização técnico-científica da produção direcionada para um aumento da produtividade, diminuição dos gastos e da mão de obra empregada nas atividades do/no campo. Assim, nota-se que:

Nesse arcabouço levamos em conta tanto as técnicas que se tornaram território, com sua incorporação ao solo (rodovias, ferroviárias, hidrelétricas, telecomunicações, emissores de rádio e TV etc.), como os objetos técnicos ligados à produção (veículos, implementos) e os insumos técnico-científicos (sementes, adubos, propaganda, consultoria) destinados a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares (Santos; Silveira, 2010, p. 22).

Dessa forma, a intensificação do processo de modernização técnico-científico no campo passa a se dar de maneira mais intensa, com uma mecanização, cientificização e informatização nunca visto antes, apontando para uma “incorporação contínua de tecnologias de ponta que possibilitaram um aumento da robotização e da informática no processo produtivo, reforçando a predominância de capital intensivo e, conseqüentemente, reduzindo o número de ofertas de emprego” (Schiffer, 1996, p. 118).

Atentando-se para essa discussão da modernização no campo verifica-se que sua expansão e processo se deu e vem se dando de forma bastante seletiva, avançando em direção aos territórios que têm maiores capacidades de acolherem os signos da globalização através da modernização e suas inovações, levando a uma distribuição não igualitária desse setor pelas diversas regiões e estados. Nota-se que o espaço agrário não se homogeneizou, segundo aponta Elias (2018, p. 67-68), isto “porque foi desigualmente atingido pela difusão de inovações agrícolas. Constituiu-se, assim, um espaço seletivo, com forte concentração territorial das formas resultantes do processo de modernização da agricultura”.

Diante desses avanços é sabido que todos os setores, assim como todos os produtores, sejam pequenos, médios ou grandes latifundiários, são atingidos de forma mais ou menos intensa pelos ditames do mercado em suas mais diversas facetas, de tal maneira que a agricultura moderna, científica, globalizada e altamente tecnificada impõe-se tão vorazmente que “acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos de gleba. É atender a tais imperativos ou sair” (Santos, 2008, p. 89). Essa imposição afeta diretamente a maior parte das pessoas trabalhadoras, principalmente aqueles com menor de qualificação profissional, a mão de obra menos qualificada, o que leva a criação de “nova e mais profunda divisão social e territorial do trabalho agrícola no Brasil” (Elias, 2018, p. 68).



Então, o campo ao mesmo tempo em que se torna mais técnico-científico-informacional, diminui a necessidade de mão de obra em grandes números, com um aumento nos níveis de critérios na sua seleção, visto o grande excedente de trabalhadores(as) ‘disponíveis’ no mercado, graças em parte grande parte as imposições do global e suas ordens, em detrimento da soberania nacional. Assim, Buaman (2001) argumenta sobre a política do Estado erodida hoje pelos poderes globais.

Nas últimas décadas, mediante a intensificação do meio técnico-científico-informacional, a agricultura passou cada vez mais a ter uma regressão em relação ao trabalho, aumentando “as formas de desemprego, crescimento dos vínculos de trabalho vulneráveis, queda dos rendimentos reais e concentração da renda” (Dieese, 2001). Esta realidade é nitidamente visível em áreas onde ainda predomina ou houve crescimento do poder dos grandes latifundiários e do domínio historicamente das elites locais.

Trilhando por este caminho, apresenta-se na sequência breves apontamentos da nova realidade das relações de trabalho no campo em tempos de globalização a partir do que se verifica em terras de latifúndios, com o setor canavieiro em evidência, destacando o Leste Centro-Sul do estado de Alagoas, no Nordeste brasileiro.



Breves apontamentos das duas unidades agroindustriais investigadas

A Usina Caeté no Litoral Centro Alagoano – Grupo Carlos Lyra

Figura 02 – Evolução da Planta Industrial da Usina Caeté (s/d e atual)



Fonte: Registro feito no trabalho de campo a partir de quadro exposto na referida usina e da página <https://www.usinacaete.com>

De pequeno engenho pelos idos da década de 1940, passando para as mãos da Família Lyra ainda no ano de 1965, ocupa atualmente o posto de 3ª maior unidade agroindustrial sucroenergética alagoana, com produção voltada não somente para o mercado interno, como também para mercados externos, a exemplo da Europa, China, Rússia, África e EUA.

A unidade Caeté (Figura 02: Evolução da Planta Industrial da Usina Caeté (s/d e atual)) é uma das 4 unidades agroindustriais pertencente ao grupo, localizada na

cidade de São Miguel dos Campos/AL, no Litoral Centro Alagoano conforme já apontado no mapa 01. Conta hoje com mais ou menos 50 hectares destinados a parte industrial e administrativa e 20 mil hectares, aproximadamente, de terras exploradas pela monocultura da cana.

Segundo informações obtidas através do trabalho de campo, constatou-se na safra de 2018/19 que a usina contava com um quadro de funcionário dividido da seguinte forma: os(as) denominados(as) trabalhadores(as) urbanos(as), como os(as) técnicos(as), químicos(as), operadores(as) de máquinas na planta industrial, entre outros, perfazendo-se cerca de 600 trabalhadores(as) alocados(as) na parte industrial/administrativa; e os(as) trabalhadores(as) rurais – cortador de cana, bituqueiro, caminhoneiro, tratoristas etc. –, os(as) que são diretamente relacionados(as) com o trato da terra, plantação, cultivo, colheita e transporte. Não necessariamente os(as) trabalhadores(as) urbanos(as) moram na cidade, nem os(as) rurais moram no campo. É uma denominação específica para aqueles(as) que estão alocados(as) na



planta industrial ou na colheita. Eram em torno de 2 mil trabalhadores(as), número muito baixo se comparado com os dos anos 2000, que segundo o diretor entrevistado, era de aproximadamente 9 mil funcionários(as). Desta forma, percebe-se que o quantitativo e “a qualidade dos postos de trabalho existentes tende a estar associada tanto ao desenvolvimento tecnológico e à organização do trabalho quanto às condicionalidades impostas pela regulação no mercado nacional de trabalho” (Pochmann, 2001, p. 4).

Assim, através do trabalho de campo buscou-se dentre outras características, analisar a relação do emprego. No caso da mão de obra empregada no campo, a discussão está relacionada aos avanços da modernização no campo, principalmente no quesito mecanização, visto o número de maquinário está tendo aumento significativo na última década (Imagem 02: Usina Caeté/AL: Colheitadeira e Caminhão de Transbordo), a exemplo da crescente utilização de colheitadeiras para o corte mecanizado da cana, graças aos terrenos mais planos, região dos tabuleiros costeiros, que aí começam a se alargar no sentido sul do estado.

Figura 03 – Usina Caeté/AL: Colheitadeira e Caminhão de Transbordo



Fonte: <https://www.usinacaete.com> e rede social da operadora de colheitadeira entrevistada, respectivamente.

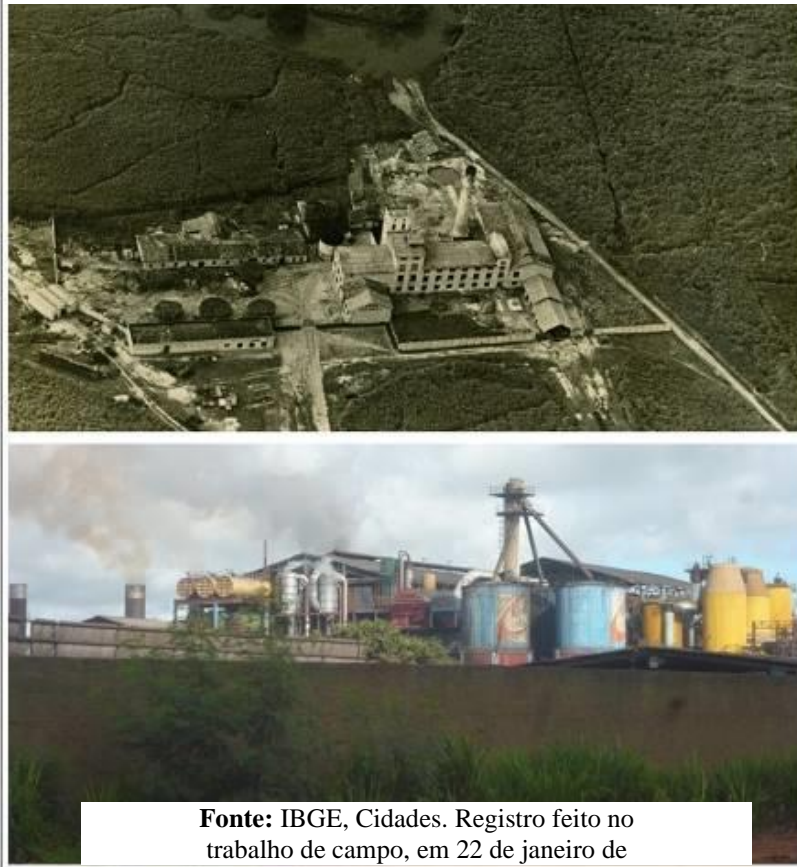
Do número de funcionários da usina apontado anteriormente, nota-se que a participação da mulher é quase inexistente nas funções do campo. No corte não tem a presença de nenhuma mulher. Segundo a usina, é devido à falta de procura. No controle e operação de máquinas ainda é possível encontrar algumas mulheres (três operando tratores e uma na colheitadeira), fruto da luta das mesmas por profissionalizarem-se, tendo no controle de máquinas sofisticadas, apenas uma das funções pleiteadas (Rossini, 2016).

A tendência nesta usina, assim como em várias outras alagoanas e de outros estados e região, é uma diminuição gradativa do corte manual pelo mecanizado, reduzindo ainda mais a mão de obra no campo. Assim, “com o desenvolvimento do maquinismo, vê-se então que a mobilidade da força de trabalho é colocada em novas bases” (Gaudemar, 1977, p. 240).

A Usina Coruripe no Litoral Sul – Grupo Tércio Wanderley/GTW

A Usina Coruripe (Figura 04 – Evolução da Planta Industrial da Usina Coruripe (s/d e 2019)) teve sua fundação ainda nos idos de 1925 por Castro de Azevedo, permanecendo proprietário da mesma até 1941, quando foi adquirida por Tércio Wanderley. Desde sua gênese,

Figura 04 – Evolução da Planta Industrial da Usina Coruripe (s/d e 2019)



Fonte: IBGE, Cidades. Registro feito no trabalho de campo, em 22 de janeiro de

e como era de praxe no caso dos engenhos e, posteriormente das usinas, de instalarem-se nas proximidades dos rios, teve sua base ao longo do Vale do Rio Coruripe. Em relação a Alagoas, Andrade (2010, p. 51), mostra que a cana-de-açúcar passou no século XIX a ser “a atividade economicamente dominante nos baixos Vale do Coruripe, do Jequiá e do São Miguel”.

Inicialmente o cultivo da cana era feito somente ao longo do Vale

do Rio Coruripe, visto o solo ser mais rico e ter umidade suficiente para o desenvolvimento da cana-de-açúcar. Após a colheita, a mesma era transportada nos lombos de burros e carros de bois, depois vieram as locomotivas chamadas de maria-fumaça. Hoje com todo o processo de modernização e expansão da cana para áreas mais planas, a produção se dá quase que em sua totalidade de forma mecanizada e industrial, com maiores investimentos visto a topografia, dentre outros fatores, ser considerada um fator limitante.

O Grupo Coruripe é o maior produtor de açúcar e álcool do Nordeste, com posição central como unidade industrial canavieira a nível estadual e nacional. No decorrer de cinco



décadas a Usina Coruripe⁶ permaneceu como unidade industrial apenas no Estado de Alagoas, mais precisamente na Microrregião de São Miguel dos Campos, no município de Coruripe, hoje fazendo parte da denominada Região Imediata de Penedo (IBGE, 2017).

Diante dos avanços técnico-científicos as usinas passaram a modernizar não somente a parte industrial e o campo, como a parte administrativa de suas unidades. A Coruripe não ficou aquém destas modernizações. Em 2013, seguindo as mudanças e avanços presentes em diversas usinas localizadas no Centro-Sul do país, principalmente na Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil/MRCCS (Sampaio, 2015), passa a profissionalizar sua gestão. A administração e gestão que ficavam a cargo diretamente dos sócios herdeiros de Tércio Wanderley, passou para o Grupo Tércio Wanderley/GTW, com três holding ligados a ela, cada um pertencente a um dos herdeiros. Assim, cada herdeiro passou a ser tratado como um holding ligado a GTW, que por sua vez controla todas as terras antes pertencentes diretamente a Usina Coruripe, sendo esta detentora apenas dos 150 hectares do campo industrial. Em suma a Usina para poder continuar com o cultivo e produção da cana precisa alugar as terras do Grupo. Essa mudança é uma etapa muito importante em relação a cortar o ‘cordão umbilical’ com as autoridades, historicamente ‘figuras de prestígio’, da monocultura da cana-de-açúcar no estado, da mesma forma como aconteceu com os banguzeiros e usineiros:

Perante o processo de concentração produtiva e agigantamento dos grupos empresariais, hoje a figura do “usineiro”, outrora autoridade local de prestígio absoluto nos municípios em que atuava, está perdendo relevância; assim como ficaram para trás nas páginas da história as figuras do “senhor de engenho” e do “banguzeiro” nordestinos [...] (Sampaio, 2015, p. 739).

É importante também ressaltar a crescente modernização na parte industrial e no campo da usina. Segundo informações obtidas através do trabalho de campo, as condições apresentadas hoje pela Coruripe, em se tratando de tecnologia, a coloca em posição de destaque, não ficando distante da condição apresentada por usinas instaladas no Centro-Sul. A presença da modernização é notória desde o preparo do solo e o plantio georreferenciado com GPS, monitoramento de frota, colheita georreferenciada, distribuição de corretivos com produtos variados, entre outros. Tem-se uma crescente modernização com a colhedora, sulcamento, aplicação de corretivo à taxa variada, aplicador de herbicida de última geração, aviação, drones

⁶ Atualmente essa unidade conta com campo industrial de mais ou menos 150 hectares, abrangendo tanto indústria, armazéns, armazenamento de etanol, assim como posto de combustível próprio para o abastecimento da frota da usina. No campo são 30.892 hectares com cana e mais 7.500 hectares de reserva, apresentando raio médio de abrangência de 20km e em alguns casos atinge 40km.



etc. Destarte, verifica-se que a mecanização da colheita, segundo Rossini (1988, p. 198) “implica uma série de modificações ao longo de todo o processo de produção, tais como o plantio de variedades mais eretas e em sulcos não muito profundos, caminhões adaptados para receber os toletes de cana picados, lavagem mais rigorosa na usina etc.”.

No ano de 2014 a usina Coruripe já tinha 22% da colheita mecanizada, chegando aos 33% no ano de 2018 e com perspectivas de chegar aos 95% de área mecanizada nos próximos anos em virtude da topografia existente em suas terras. Vale ressaltar que a colheita mecanizada não é possível nas várzeas que são solos mais orgânicos e corre-se risco enorme de a colheitadeira afundar, podendo ter perda total da mesma, bem como em terrenos onde a declividade é acima de 12%. Essa área gira em torno de 50 mil toneladas de cana, volume muito pequeno se comparado com o total que a usina colhe em cada safra.

Diante dos avanços da modernização no campo é importante analisar em que patamar se encontra o(a) trabalhador(a) frente aos novos objetos cada vez mais técnico-científicos-informacionais. Pensando na relação trabalhador(a) *versus* modernização, a partir da Usina Coruripe, caso a mesma atinja os 95% de modernização prevista para esta década, ter-se-á, conseqüentemente, drástica redução no número de trabalhadores(as), caindo para mais ou menos 10% do total hoje existente. Na parte rural, em 2019, o número aproximado de pessoas trabalhadoras girava em torno de 6.800, das quais 3.000 eram empregadas na colheita, e outras 3.800 na irrigação, plantio, transporte, entre outras ocupações.

Esta redução no número de funcionários aponta também para diminuição com outros gastos, como por exemplo com alojamento e manutenção, frota de ônibus para transporte dos(as) trabalhadores(as) etc. Isso é algo que as usinas vêm fazendo como reflexo das imposições do mercado para se manterem competitivas e reduzir ao máximo seus gastos. Desta forma, conforme assevera Rossini (1988, p. 249),

A modernização implicou utilização bastante intensa de máquinas e de insumos. Também o uso em larga escala de herbicidas, pesticidas, o que levou a uma diminuição da mão-de-obra no campo. Acelerou, com isso, o processo de sazonalidade do emprego agrícola e o conseqüente aumento do desemprego e/ou do subemprego, promovendo desigualdade maior na distribuição da renda.

Portanto, é notório que a mão de obra com maior tendência a diminuição e/ou mesmo ser extinta é aquela com menor grau de escolaridade e profissionalização, mantendo-se aquela que é indispensável para o setor. Desta forma, profissionais como engenheiro mecânico, que atualmente é buscado fora do estado, engenheiro agrônomo, engenheiro civil, eletricitista, entre

outros, são profissionais requeridos pelas usinas. Vê-se que de um lado tem-se uma mão de obra que passa a ser inserida juntamente com os avanços do atual processo de modernização técnico-científica (em pequeno número); e de outro lado, à exclusão daqueles com menor qualificação profissional e aperfeiçoamento, ou seja, a grande maioria.

Reflexões Finais

Diante do exposto neste artigo pode-se verificar que o atual processo de globalização tem se espreado cada vez mais pelas atividades do campo brasileiro através da ideologia dos atores hegemônicos que comandam o agronegócio, colocando-o como o responsável pelo desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo em que esses atores se apoderam dos territórios mais rentáveis para seus negócios, tem-se também o aval dos Estados para se imporem e obterem o máximo de lucro possível. Esse uso dos territórios a partir das imposições hegemônicas se dão cada vez mais pelo processo de modernização técnico-científica no campo, com desenvolvimento gritante do maquinário, da química, da genética etc., passando a substituir formas tradicionais de produção e uma maior redução do trabalho existente, criando contingentes exorbitantes de desempregados no campo.

É evidente que a força de trabalho passa a ficar cada vez mais submissa as imposições do mercado global, que exigem da pessoa trabalhadora maior qualificação em virtude das atividades modernas, técnicas, científicas e informacionais. Esta nova realidade apresenta uma diminuindo da presença da mulher no campo, por um lado, pela redução da mão de obra utilizada de maneira geral, e por outro, pela preferência da mão de obra masculina no exercício de certas atividades (Rossini, 2012).

Portanto, pode-se verificar que no Leste Alagoano, a partir das unidades agroindustriais Caeté e Coruripe, houve aumento no processo de modernização técnico-científica na canavicultura nas últimas décadas. Ao passo que se verificou diminuição da mão de obra empregada, tanto homens quanto mulheres, acentuando o trabalho masculino, agregando aqueles(as) com uma maior formação e qualificação profissional e excluindo ou submetendo os(as) demais trabalhadores(as) a relações de trabalho precarizadas e diminuição no valor médio dos salários, contribuindo assim, para manter grande parte da população na pobreza e exclusão social (Dieese, 2001).

Referências

ANDRADE, M. C. de. **Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental** – os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. Maceió: EDUFAL, vol. 2, 2ª ed. 2010.



- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar, 2001.
- CAMPOS, N. L. **Redes do Agronegócio Canavieiro: a territorialização do Grupo Tércio Wanderley no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG**. 209f. Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2014.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos). **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo, Brasil: Dieese, 2001.
- DIÉGUES Jr. **O Banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió, Brasil: Edufal, 2012.
- ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo, Brasil: Edusp, 2018.
- GAUDEMAR, J.-P. de. **A Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. Lisboa, Portugal: Estampa, 1977.
- POCHMANN, M. **O Emprego na Globalização – A nova divisão internacional do Trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2001.
- ROSSINI, R. E. **Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista (Livre-Docência em Geografia da População apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana/FFLCH)**. Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, Brasil, 1988.
- ROSSINI, R. E. Novas perspectivas de trabalho para a mulher na agricultura canavieira. In. **Encontro Nacional de Lindóia**, 2012.
- ROSSINI, R. E. A modernidade tecnológica incompleta na agricultura canavieira da macro-área de Ribeirão Preto (SP) pune tanto o meio ambiente como a força de trabalho de homens e mulheres. ROSSINI, R. E. (Org). **Dinâmicas contemporâneas do espaço agrário brasileiro – Modernidade técnico-científica e diferentes usos do território**. São Paulo: Annablume, p. 13-40, 2016.
- SAMPAIO, M. de A. P. **360° - O périplo do açúcar em direção à macrorregião canavieira do Centro-Sul do Brasil (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humana/FFLCH)**. Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, Brasil, 2015.
- SANTOS, M. O retorno do território. In. SILVEIRA, M. L. et al (Org.), **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Brasil: Hucitec, p. 15-20, 1996.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo, Brasil: Edusp, [1994] 2008.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, Brasil: Edusp, [1996] 2008.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro, Brasil: Record, 2008.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Brasil: Record, 2010.



SCHIFFER, S. R. A globalização da economia e o território nacional – indagações prospectivas. In. SILVEIRA, M. L. et al (Org.), **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Brasil: Hucitec, p. 116-124, 1996.

SINGER, P. O Pano de Fundo da Crise Financeira. **Revista USP**, março/maio (nº 85), p. 63-69, 2010.

SOUZA, M. A. A. de. Geografias das Desigualdades: globalização e fragmentação. In. SILVEIRA, M. L. et al (Org.), **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Brasil: Hucitec, p. 21-28, 1996.

SOUZA, M. A. A. de. (Org). **Território Brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003.

STÉDILE, J. P. Tendências do Capital na Agricultura. In. STEDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo, Brasil: Expressão Popular, p. 19-38, 2013.

Recebido: 11/02/2024

Aprovado: 30/03/2024

Publicado: 28/04/2024

